

A Informação Não Financeira Como Medida de Avaliação do Desempenho Na Actual Economia do Conhecimento

Maria de Fátima Rodrigues Cravo Sampaio

Cidália Maria Mota Lopes

Resumo:

O rápido avanço tecnológico e o aumento da competitividade verificado ao longo dos últimos anos provocou enormes alterações na organização e gestão das empresas. Para sobreviver e competir foi necessário modificar o sistema de informação, a maneira como trabalham e desenvolvem novos produtos, a forma como gerem o risco e as suas relações com clientes e fornecedores. Estas tendências afectam todas as indústrias e os activos físicos não são mais os factores-chaves da competitividade. Também face às transformações económicas referidas as empresas são confrontadas de um modo crescente com a necessidade de reconhecer de uma forma explícita a responsabilidade social que lhes cabe, pois que a longo prazo o crescimento económico, a coesão social e a protecção ambiental são indissociáveis. Assim, neste contexto de mudança, é imprescindível um modelo de informação mais expansivo e flexível que reconheça que o mundo cresceu em complexidade e exigência para que as empresas possam identificar, mensurar e divulgar o seu valor total. Trata-se de uma noção de avaliação de desempenho global, de acordo com a qual uma empresa deverá ser avaliada em função do seu contributo face a critérios económicos, ambientais e sociais. Foi neste sentido, que a Global Reporting Initiative desenvolveu um sistema normativo e publicou as Sustainability Reporting Guidelines para que as empresas possam relatar informação acerca do seu desempenho numa tripla abordagem, isto é por forma a evidenciar o contributo da empresa face a critérios não apenas económicos mas também sociais e ambientais.

Área temática: Os Custos e a Tomada de Decisões

**A INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA COMO MEDIDA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO
NA ACTUAL ECONOMIA DO CONHECIMENTO
Trabalho: 059**

Resumo

O rápido avanço tecnológico e o aumento da competitividade verificado ao longo dos últimos anos provocou enormes alterações na organização e gestão das empresas. Para sobreviver e competir foi necessário modificar o sistema de informação, a maneira como trabalham e desenvolvem novos produtos, a forma como gerem o risco e as suas relações com clientes e fornecedores. Estas tendências afectam todas as indústrias e os activos físicos não são mais os factores-chaves da competitividade.

Também face às transformações económicas referidas as empresas são confrontadas de um modo crescente com a necessidade de reconhecer de uma forma explícita a responsabilidade social que lhes cabe, pois que a longo prazo o crescimento económico, a coesão social e a protecção ambiental são indissociáveis.

Assim, neste contexto de mudança, é imprescindível um modelo de informação mais expansivo e flexível que reconheça que o mundo cresceu em complexidade e exigência para que as empresas possam identificar, mensurar e divulgar o seu valor total. Trata-se de uma noção de avaliação de desempenho global, de acordo com a qual uma empresa deverá ser avaliada em função do seu contributo face a critérios económicos, ambientais e sociais.

Foi neste sentido, que a *Global Reporting Initiative* desenvolveu um sistema normativo e publicou as *Sustainability Reporting Guidelines* para que as empresas possam relatar informação acerca do seu desempenho numa tripla abordagem, isto é por forma a evidenciar o contributo da empresa face a critérios não apenas económicos mas também sociais e ambientais.

Palavras Chaves: Informação não financeira; determinantes do valor; desempenho económico, ambiental e social .

Área Temática: Os Custos e a Tomada de Decisões

A INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA COMO MEDIDA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO NA ACTUAL ECONOMIA DO CONHECIMENTO

1. Introdução

O presente trabalho trata da análise da importância da informação não financeira como medida de avaliação do desempenho na actual economia. É deste modo apresentada e analisada uma das mais ambiciosas propostas elaboradas para estabelecer um conjunto de normas não financeiras para a realização de relatórios de sustentabilidade aplicáveis de uma forma voluntária pelas empresas que pretendam divulgar informações acerca dos aspectos económicos, ambientais e sociais das suas actividades, produtos e serviços. Aquela proposta, elaborada pela *Global Reporting Initiative* (GRI) surge na sequência da constatação das limitações do tradicional modelo de relato financeiro que não permite, por si só, transmitir informação válida acerca do valor, oportunidades e riscos da empresa.

Assim, aquelas normas, procuram fazer face ao que se considera ser uma desconexão entre a informação evidenciada nas demonstrações financeiras e aquela que os investidores e analistas financeiros necessitam para tomar decisões. Na realidade, se por um lado a economia do novo milénio é fundamentalmente diferente daquela que existia há 50 anos atrás, por outro a informação financeira tradicional não capta, nem está apta a captar, os determinantes do valor das empresas que dominam a nova economia do “conhecimento”.

Este problema tem sido debatido, em especial nos países anglo-saxónicos, por académicos, organizações profissionais e organismos de normalização contudo, o problema subsiste. Assim, o objectivo deste estudo é a análise de um modelo que procura identificar, mensurar e relatar os determinantes do valor na nova economia. Pretende-se, antes de mais, dar um contributo para uma apreciação das soluções que permitam melhorar a qualidade e credibilidade da informação financeira e não financeira publicada pelas empresas, assunto que, em Portugal, não tem sido objecto de análise detalhada.

2. A Importância da Informação Não Financeira na Actual Economia do Conhecimento

As expressões “nova economia” ou “economia do conhecimento” são utilizadas para descrever as transformações económicas fundamentais que ocorreram no mundo nos últimos anos. Estas transformações¹ foram provocadas essencialmente por alterações tecnológicas, pela liberalização das trocas e internacionalização dos sistemas produtivos.

Assim, poder-se-á afirmar que duas tendências fundamentais se combinaram para o surgimento da referida nova economia. Primeiro, os produtos e serviços são cada vez mais imateriais dado que se tornaram tecnologicamente sofisticados e conhecimento intensivos. Segundo, por razões tecnológicas e de competitividade o “conhecimento” tornou-se o factor distintivo da produção na actual economia.

Estas tendências não se revelam apenas nas chamadas indústrias de alta tecnologia. Ainda que sejam evidentes nos sectores conhecimento intensivos, estão presentes em todas as indústrias desde o comércio e agricultura ao software e informática.

O crescimento económico tem sido conduzido pela procura de melhores processos que permitam combinar os recursos disponíveis de uma forma mais eficiente e inovadora. É, por isto, que a produção e aplicação do conhecimento são as forças condutoras do crescimento na actual economia. Verifica-se, ainda, a existência de diversos factores que em conjunto tornam o “conhecimento” um factor crítico de competitividade.

Um desses factores é o espectacular crescimento da ciência organizada. Este facto, é responsável pela aceleração das alterações tecnológicas e pela extraordinária velocidade à qual as novas ideias se transformam em produtos comerciais utilizados na medicina, comunicações, indústria farmacêutica, robótica, processamento de informação e engenharia genética, entre outros. Cada vez mais cientistas desenvolvem mais ciência e mais produtividade o que permite transformar os produtos mais rápido do que nunca em aplicações comerciais.

Outro factor, que importa referir, relaciona-se com o facto de estarmos perante um mercado cada vez mais aberto e global em que os produtos podem ser fabricados e vendidos em qualquer lugar. O capital é cada vez menos escasso e a tecnologia pode ser copiada através da utilização de mão de obra especializada. É por isso, que as economias desenvolvidas não podem basear o seu crescimento futuro apenas nos activos tradicionais que caracterizaram a economia industrial, dado que estes estão disponíveis para os novos concorrentes. As modernas economias têm que centrar a sua competitividade em activos que possam ser utilizados para gerar um elevado valor acrescentado aos produtos, nestes activos inclui-se o “saber fazer”, a competência, a criatividade e o talento. Estes activos não são facilmente imitados ou comercializados e é sem dúvida esta a principal razão pela qual é tão difícil para os investidores, contabilistas e gestores avaliar estes activos.

¹ Como referiu Stanley Davis em *Future Perfect* ao salientar que a mudança económica que ocorreu originará uma economia ambígua e paradoxal denominada de economia pós industrial, ou economia de informação ainda que nenhuma destas denominações faça justiça perante a complexidade do que está a acontecer.

As convencionais formas de avaliar o desempenho são fidedignas, comparáveis e bem aceites. A base da informação financeira tem sido melhorada ao longo do tempo, tendo-se tornado, simultaneamente extremamente complexa. Todavia, o modelo não acompanhou as extraordinárias alterações na forma como as empresas são geridas, quer em termos estratégicos, organizacionais, tecnológicos, quer de recursos humanos. Os gestores têm que estar aptos a identificar os processos e actividades geradoras de valor a prazo. Se o valor sustentável é gerado por factores não financeiros, então será imprescindível encontrar métricas que permitam mensurar e relatar os determinantes do valor na nova economia.

As insuficiências da informação contabilística actual não se referem apenas à sua incapacidade de mensurar os activos intangíveis, ela tem inerente uma avaliação retrospectiva uma vez que foi projectada para mensurar o valor ou o lucro num dado momento de tempo. O relato financeiro informa o investidor ou o credor acerca do que aconteceu no último ano e compara-o com os anos anteriores. Contudo, é imprescindível, para uma tomada de decisões racional, a divulgação de informação prospectiva. Investidores, analistas financeiros e credores necessitam conhecer não apenas as oportunidades e riscos mas também possuir uma perspectiva acerca dos futuros planos de gestão, os quais são um importante indicador do futuro da empresa.

Assim, é importante identificar os aspectos da actividade da empresa que são primordialmente importantes para o seu sucesso. Estes serão os factores críticos de sucesso de uma empresa e serão especialmente úteis para os utilizadores da informação financeira. Estes factores são específicos para uma empresa. Podemos encontrar empresas semelhantes com factores críticos de sucesso diferentes e empresas diferentes com factores idênticos. Em seguida, é fundamental identificar estratégias de gestão e planos para gerir aqueles aspectos da actividade da empresa que são especialmente importantes para o seu sucesso.

Em 1997 e 1998, a PricewaterhouseCoopers questionou centenas de investidores e analistas financeiros em 14 países. Deste inquérito, apenas 19% dos investidores e 27% dos analistas financeiros consideraram o relato financeiro muito útil na determinação do valor das empresas. Noutro estudo efectuado em empresas de alta tecnologia nos Estados Unidos e Canadá, apenas 7% dos investidores, 16% dos analistas financeiros e 13% dos profissionais encarregues de elaborar o relato financeiro consideraram a informação útil para a determinação do valor da empresa.

Se a forma como as empresas competem entre si e criam valor se alterou, se os investidores necessitam conhecer indicadores de valor económicos, sociais e ambientais é necessário desenvolver metodologias de mensuração que permitam divulgar aquela informação de uma forma válida e fidedigna. A falta de informação para estabelecer correctamente o valor das empresas tem consequências negativas nos mercados de capitais, os quais por não possuírem ou não conseguirem obter a informação que precisam para determinar o preço das acções de uma forma correcta, centram-se no curto prazo e estão sujeitos a uma extrema volatilidade. Isto não significa que o actual modelo de informação financeira se encontre perfeitamente injustificado, significa antes que é decrescente a proporção daquela informação que se relaciona com o valor intrínseco, com o que é o valor “real” da empresa.

Este problema tem sido amplamente debatido por diversos organismos com interesse na contabilidade. Pesquisas efectuadas nos últimos anos demonstram de uma forma conclusiva a necessidade de melhorar a divulgação de informação financeira e não financeira disponível para o mercado². Gestores, investidores e analistas financeiros estão de acordo ao considerarem que o relato financeiro tradicional falha porque para além de ignorar formas de mensuração não financeiras não proporciona informação adequada e fidedigna acerca dos determinantes de valor na empresa.

A tomada de consciência das limitações referidas, inevitavelmente, conduziu ao aumento do interesse do mercado por medidas de avaliação de desempenho não cobertas pelas actuais normas contabilísticas. Assim, muitas empresas publicam, actualmente, informação para além da que se encontra estabelecida pela normativa contabilística.

Na realidade, face aos desafios já referidos no âmbito da globalização, as empresas vão também tomando consciência da sua responsabilidade face aos impactes sociais e ambientais que as suas actividades podem desencadear. Compete, assim, à contabilidade fornecer todo o tipo de informação que lhe é pedida, até porque se a obtenção de lucros é o objectivo primeiro das empresas, esta não é a única razão da sua existência e a integração de um comportamento socialmente responsável é susceptível de proporcionar um valor económico directo acrescido.

Na Europa, têm sido intensificadas as iniciativas no sentido de promover e reforçar a responsabilidade social das empresas para que estas adptem uma atitude proactiva relativamente ao desenvolvimento sustentável nas operações que efectuam dentro e fora da União Europeia. É neste sentido que em seguida vamos analisar o papel crucial que a responsabilidade social pode desencadear em termos de crescimento económico e competitividade.

3. A Responsabilidade Social das Empresas

A origem do conceito de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável insere-se no princípio de que o crescimento económico não se pode dissociar das suas consequências sociais e ambientais, o que significa que ao criar valor económico para a sociedade, as empresas terão também que criar valor social e ambiental. Nesta perspectiva, deverão avaliar o seu desempenho de acordo com uma tripla abordagem, por forma a que a informação divulgada evidencie o contributo da empresa face a critérios não apenas económicos mas também sociais e ambientais.

² Esta é a conclusão a que chegaram diversos organismos de contabilidade depois de estudos realizados, como é exemplo: American Institute of Certified Public Accountants (AICPA), em *Improving Business Reporting – A Customer Focus*, 1994; Financial Accounting Standards Board (FASB), em *Business and Financial Reporting – Challenges from the New Economy*, 2001; Financial Accounting Standards Board (FASB), em *Improving Business Reporting – Insight into the Enhancing Voluntary Disclosures*, 2001; Institute of Chartered Accountants in England and Wales (ICAEW), em *New Measures for the New Economy*, 2000; Canadian Institute of Chartered Accountants (CICA), em *Performances Measures in the New Economy*, 1994; Brookings Joint Center for Regulatory Studies, em *The GAAP Gap – Corporate Disclosures in the Internet Age*, 2000; Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em *Measuring and reporting Intellectual Capital*.

Assim, responsabilidade social das empresas é, fundamentalmente, um compromisso segundo o qual aquelas se vinculam, de uma forma voluntária, a contribuir para uma sociedade mais justa e para um desenvolvimento sustentável. Trata-se, de um investimento no futuro em que as empresas através da utilização de normas relacionadas com a protecção ambiental e o respeito pelos direitos fundamentais³, adoptam uma estratégia a longo prazo que simultaneamente permite minimizar os riscos e aumentar a produtividade, a rentabilidade e a competitividade.

Este foi um dos objectivos definidos pela União Europeia⁴ e recentemente reforçado pelo Conselho Europeu de Lisboa no qual se acentuou a necessidade de tornar o espaço europeu numa economia baseada no conhecimento e também a mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social.

Na realidade, são cada vez mais as empresas europeias que promovem estratégias de responsabilidade social. Trata-se de uma resposta a diversas pressões cujo objectivo é levar as empresas a assumirem a responsabilidade inerente à natureza global das suas operações⁵ e a garantirem a minimização do impacto negativo das suas actividades no ambiente e na humanidade.

Embora a responsabilidade social seja uma atitude associada geralmente a grandes empresas ou a multinacionais, ela é pertinente para todas as empresas e em todos os sectores de actividade. A sua aplicação pelas pequenas e médias empresas (PME) é de uma grande relevância dado o papel que aquelas desempenham quer para a economia quer para o emprego. Verifica-se que uma empresa “responsável”⁶ pode produzir um impacto económico positivo quer directo quer indirecto⁷. Por um lado, os efeitos directos podem resultar quer de um maior empenho e produtividade dos trabalhadores decorrentes de um melhor ambiente de trabalho quer de uma utilização mais eficaz dos recursos naturais. Por outro lado, os efeitos indirectos associam-se à crescente atenção

³ Os direitos do homem assentam no princípio de que o reconhecimento da dignidade intrínseca, da igualdade e inalienabilidade de direitos de todos os membros da família humana constitui o fundamento da liberdade, da paz e da justiça no mundo. Encontram-se definidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948). Na Europa, o artigo 6º do Tratado da União Europeia reafirma que a União Europeia “assenta nos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais, bem como do Estado de direito, princípios que são comuns aos Estados-membros”.

⁴ A comunicação da Comissão sobre desenvolvimento sustentável, aprovada no Conselho Europeu de Gotemburgo, salientou a importância da responsabilidade social das empresas: “A ordem pública desempenha igualmente um papel crucial no sentido de promover uma maior responsabilidade das sociedades e ao criar um quadro que garante a integração das considerações ambientais e sociais na actividade das empresas... As empresas deverão ser instadas a adoptar uma abordagem proactiva relativamente ao desenvolvimento sustentável nas operações que efectuem dentro e fora da União Europeia.”

⁵ São vários os factores que motivam as empresas no sentido do reconhecimento e divulgação da responsabilidade social das suas operações: novas preocupações e expectativas da sociedade em geral num contexto de globalização e alteração da actividade industrial; preocupação crescente face aos danos provocados no meio ambiente pela actividade económica das empresas; e a transparência gerada nas actividades empresariais pelos meios de comunicação social e pelas modernas tecnologias da informação e da comunicação.

⁶ O conceito de “empresa responsável” foi lançado pelas Nações Unidas e visa reconhecer o papel das empresas na consecução de um desenvolvimento sustentável. Esta expressão está associada ao facto de que aquela atitude fomenta o crescimento económico, aumenta a competitividade e em simultâneo garante a protecção ambiental e a promoção da responsabilidade social.

⁷ Ver: *Livro Verde*, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, Julho de 2001.

por parte dos consumidores e dos investidores face a uma empresa que passa a ser reconhecida como inovadora e empreendedora, o que melhorará a sua imagem, a sua marca e consequentemente aumentará a competitividade⁸. Não há dúvida, que o facto de uma empresa se mostrar sensível às questões ecológicas e sociais constitui um indicador credível da qualidade da sua gestão. Contudo, é difícil avaliar de uma forma rigorosa os factores que determinam a rendibilidade financeira de uma empresa socialmente responsável. Estudos revelam que 50% do desempenho acima da média de empresas socialmente responsáveis se deve à sua responsabilidade social enquanto que os restantes 50% relacionam-se com o seu desempenho no respectivo sector de actividade.

Um comportamento socialmente responsável por parte de uma empresa induz ainda efeitos internos e externos. No interior da empresa, aquela atitude tem implicações, em especial, com os trabalhadores e relaciona-se com o investimento em capital humano, na saúde e na segurança⁹. Por seu lado, comportamentos ambientalmente responsáveis reflectem-se, principalmente, na gestão dos recursos naturais explorados no processo de produção¹⁰.

Contudo, a responsabilidade social tem também uma dimensão externa, na medida em que se reflete na comunidade local que envolve a actividade da empresa. Se por um lado, as empresas dão um contributo importante para a vida das comunidades em que se inserem em termos de emprego, remunerações, benefícios e impostos, por outro dependem da estabilidade e prosperidade dessas comunidades na medida em recrutam os seus trabalhadores no mercado de trabalho local. Assim, a imagem da empresa na sua zona geográfica enquanto empregador, produtor e agente local é um factor que influencia a sua competitividade.

Devido ao efeito que muitos problemas ambientais têm para além das fronteiras, nomeadamente no que se refere à exploração de recursos mundiais, podemos considerar que as empresas são também agentes no meio global. Assim, o papel das empresas na consecução do desenvolvimento sustentável em termos mundiais é cada vez mais

⁸ As instituições financeiras recorrem cada vez mais a listas de verificação de carácter social e ambiental para avaliarem os riscos quer de concessão de empréstimos quer de investimentos. Também, o reconhecimento de uma empresa como socialmente responsável, através da sua inscrição num índice bolsista de valores éticos traduz-se em vantagens financeiras concretas. Os índices sociais dos mercados de valores constituem indicadores muito úteis para demonstrar o impacto positivo da selecção social em matéria de resultados financeiros: o Dow Jones Sustainable Index cresceu cerca de 180% desde 1993, contra 125% do Dow Jones Global Index no mesmo período.

⁹ Na medida em que, actualmente, a existência de trabalhadores qualificados confere vantagens competitivas às empresas, inclui-se entre as medidas pertinentes de gestão de recursos humanos a aprendizagem ao longo da vida, a responsabilização dos trabalhadores, uma melhor informação dentro da empresa, a igualdade em termos de remuneração e de perspectivas de carreira, uma preocupação em relação à segurança dos postos de trabalho, práticas de recrutamento não discriminatórias, entre outros.

¹⁰ A gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais centra-se, fundamentalmente, na redução na exploração de recursos, nas emissões poluentes e na produção de resíduos. Estas medidas cujo objectivo é minimizar o impacto ambiental são simultaneamente vantajosas para as empresas dado que determinam uma diminuição das despesas energéticas e de eliminação de resíduos, assim como dos custos de matérias primas e de despoluição. Estes investimentos sendo passíveis de provocar um aumento dos lucros e da competitividade são conhecidos por oportunidades “win-win”, dado que induzem vantagens para as empresas e para o meio ambiente. Este princípio foi reconhecido no Sexto Programa de Acção da Comunidade Europeia em matéria de Ambiente, no qual são enunciadas as formas como os governos dos Estados Membros podem ajudar as empresas a identificar oportunidades de mercado e a realizar investimentos vantajosos para elas e para o ambiente.

relevante. Foi neste sentido, que o Secretário Geral da ONU lançou a iniciativa *Global Compact* que procura associar as empresas como parceiros para atingir melhorias globais a nível social e ambiental. Também, as *Guidelines for Multinational Enterprises* publicadas pela OCDE¹¹ visam promover um desenvolvimento sustentável global.

Actualmente, muitas empresas, especialmente, multinacionais apresentam relatórios de responsabilidade social. Porém, é indiscutível a importância da existência de normas representativas de um consenso global quanto ao tipo de informação a fornecer, ao formato do relatório e à fiabilidade do processo de avaliação e auditoria. Sem a existência de um sistema normativo adequado não é possível obter a comparabilidade e credibilidade da informação publicada, condição imprescindível para que os investidores e público em geral efectuem julgamentos válidos. Também para as empresas é fundamental pois só assim poderão comparar o seu desempenho económico, social e ambiental com o dos seus concorrentes.

Diversas organizações estão a elaborar normas que abrangem informação financeira e não financeira acerca do desempenho da empresa. As abordagens são diversas e em geral não abrangem todas as questões da responsabilidade social das empresas.

Entre as iniciativas internacionais mais importantes, destacam-se a *Social Accountability International 8000*¹² (SA 8000) e a *Global Reporting Initiative* (GRI) que se centram no desenvolvimento de relatórios de avaliação de impacto a diferentes níveis da actividade da empresa. Contudo, a definição de normas universais que possam ser aplicadas a qualquer cultura ou país é uma tarefa extremamente complexa pelo que tem suscitado bastante controvérsia.

A *Global Reporting Initiative* desenvolveu um conjunto de normas claras e organizadas para que as empresas possam informar acerca da evolução do seu desempenho de uma forma tripartida, isto é face a critérios económicos ambientais e sociais. Estas normas não têm a intenção de substituir ou modificar as normas e métodos existentes de informação financeira, mas apenas incrementar a utilidade da informação divulgada.

Em seguida, vamos analisar as normas da GRI dado serem reconhecidas internacionalmente como uma referência na vertente ambiental. As suas orientações para a elaboração de relatórios de sustentabilidade permitem a comparação entre

¹¹ As OCDE *Guidelines for Multinational Enterprises* são um código de conduta para as empresas. As suas normas e recomendações foram formuladas pelos governos dos países membros da OCDE, bem como da Argentina, do Brasil e do Chile. As normas cobrem questões relacionadas com a responsabilidade social das empresas, nomeadamente o trabalho infantil e o trabalho forçado, as relações laborais, a protecção do ambiente, a defesa do consumidor, a transparência e a informação, concorrência, a fiscalidade e a luta contra a corrupção. Embora estas normas não sejam vinculativas do ponto de vista jurídico, beneficiam do compromisso por parte dos países que as subscreveram para a promoção de uma efectiva observância dessas orientações.

¹² A responsabilidade Social 8000 (SA 8000) é uma norma que especifica os requisitos de responsabilidade social relativamente às condições laborais e um sistema de verificação independente das empresas. A norma, e o sistema de verificação baseiam-se nas estratégias empresariais já implantadas de controlo de qualidade (tais como as utilizadas na norma ISO 9000), acrescentando diversos elementos que no domínio dos direitos humanos são considerados, por peritos internacionais, como essenciais para uma auditoria social. A norma deve ser aplicada de uma forma universal independentemente da localização geográfica, sector industrial ou dimensão da empresa e abrange nove áreas específicas: trabalho infantil; trabalho forçado; saúde e segurança; liberdade de associação e direito à negociação colectiva; discriminação; horário de trabalho; práticas disciplinares; remuneração; e sistemas de gestão.

empresas e incluem também orientações ambiciosas no que se refere aos relatórios de informação social.

4. Normas da *Global Reporting Initiative* para a elaboração do relatório de Sustentabilidade

As normas para a elaboração do relatório de sustentabilidade foram criadas com o objectivo de orientar as empresas na divulgação de informação não financeira por forma a permitir que a aquela seja comparável, fiável e relevante. Estas normas formam um conjunto de princípios comuns e de aceitação geral sobre o que as empresas devem divulgar acerca dos aspectos económicos, ambientais e sociais do seu desempenho. Estes três elementos são tratados de uma forma individual na elaboração do relatório. Contudo, o objectivo da GRI direcciona-se no sentido de ligar os aspectos económicos, ambientais e sociais, por forma a que formem uma estrutura de comunicação integrada. Os “indicadores integrados” são já um indício de que as normas caminham nesse sentido.

As normas da GRI permitem evidenciar de um modo claro, fiável e actual os impactes humanos e ecológicos da actividade das empresas. Objectivo este relevante numa dupla vertente, pois que para além da incontestável utilidade da informação divulgada, revela-se também uma excelente ferramenta crítica para a gestão no que se refere à melhoria contínua do desempenho e progresso.

A GRI considera que o objectivo de divulgar informação numa tripla dimensão e a possibilidade de vir a efectuar uma avaliação da empresa integrada, está apenas na fase inicial de um processo de aprendizagem contínuo. O objectivo a longo prazo será a publicação de “princípios de contabilidade da Sustentabilidade, globalmente aceites”, baseados por um lado na investigação e, por outro, nos contributos da opinião pública.

Os custos associados à preparação do relatório de sustentabilidade irão variar de empresa para empresa. Para aquelas que já possuam um sistema de gestão de informação implantado, o custo será mínimo. No entanto, para as empresas que não possuam sistemas de informação completos os custos iniciais poderão ser substanciais. Contudo, esta será uma questão de ponderação de custo-benefício que a empresa deverá efectuar.

Como forma de garantir a qualidade, utilidade e credibilidade de um relatório de sustentabilidade a GRI recomenda um processo de verificação independente, embora reconheça que possam existir outras vias que permitam oferecer garantia acerca da confiança e integridade da informação relatada, como sejam:

- ✓ auditoria interna dos sistemas e procedimentos para avaliar, registar e informar acerca dos dados do desempenho;
- ✓ avaliações e comentários independentes, por peritos externos, do desempenho económico, ambiental e social da empresa e dos processos de gestão;
- ✓ uma declaração clara, elaborada pelos directores ou pelo presidente da empresa garantindo que a preparação do relatório de sustentabilidade está de acordo com as normas da GRI.

4.1 Conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade

A GRI trabalhou muito para chegar a um consenso entre as empresas que relatam a informação e as partes interessadas nas demonstrações financeiras. Foram obtidos maiores progressos em alguns indicadores. O maior grau de consenso obtido foi nos indicadores ambientais, o que não é de estranhar dado que estes foram submetidos a um avançado processo de revisão, avaliação e experimentação. Os indicadores de desempenho incluem avaliações financeiras e não financeiras. Alguns relacionam-se com activos tangíveis, outros com activos intangíveis. Alguns centram-se no curto prazo, outros têm uma orientação a médio e longo prazo.

Para além dos indicadores de desempenho, as normas referem que o relatório de sustentabilidade deve incluir:

- ✓ declaração do presidente da empresa ou de um director equivalente, onde serão referidos os elementos chaves do relatório. Estes deverão incluir, entre outros, uma declaração de compromisso dos gestores para com os objectivos económicos, ambientais e sociais e reconhecimento dos sucessos e fracassos;
- ✓ perfil da empresa, onde constará uma panorâmica geral da organização com referência a informações relevantes como sejam o número de empregados, vendas líquidas, produto fabricado, total do activo e outras medidas relevantes;
- ✓ documento síntese e indicadores de referência, por forma a proporcionar ao leitor uma visão equilibrada do seu conteúdo, através de um resumo da principal informação apresentada;
- ✓ visão e estratégia, onde a empresa deverá expor a sua visão do futuro da empresa e a forma como pretende fazer face aos desafios relacionados com o desempenho económico, ambiental e social;
- ✓ políticas, organização e sistemas de gestão, onde a empresa demonstra uma visão geral da sua estrutura de governação e dos métodos de gestão utilizados.

No que se refere ao desempenho, a empresa deverá efectuar uma avaliação económico, ambiental e social da sua actividade, para o que deve utilizar indicadores quantitativos e qualitativos, bem como informação complementar. A informação a prestar deverá referir-se ao período actual, a pelo menos dois períodos prévios e a um período futuro.

A informação relativa ao desempenho subdivide-se em quatro áreas: ambiental, económica, social e integrada. No que se refere ao desempenho ambiental, a GRI apresenta indicadores de aplicação geral e indicadores específicos a uma organização. Os primeiros, são aplicados a todas as empresas independentemente do sector, localização, ou qualquer outra característica da empresa. Os indicadores específicos, sendo relevantes para as empresas a que se aplicam, estão associados a determinados atributos tais como o sector industrial a que a empresa pertence ou à sua localização geográfica, como é exemplo os relativos a testes com animais, para empresas de cosmética ou de ruído para uma companhia aérea ou aeroporto.

Quanto aos indicadores de desempenho integrado, estes ainda se encontram numa fase experimental de desenvolvimento. Existem dois tipos de indicadores integrados: os sistémicos, que ligam a actuação da empresa ao nível micro com as condições económicas, sociais e ambientais a nível macro¹³; e os indicadores transversais, que cruzam a informação entre dois ou mais elementos da sustentabilidade de uma empresa¹⁴. Em seguida são apresentados os indicadores de desempenho económico, social e ambiental.

¹³ Como exemplo destes indicadores podemos referir o investimento em investigação e desenvolvimento da empresa expresso relativamente aos totais nacionais ou sectoriais ou os casos de discriminação no local de trabalho expressos em relação aos totais sectoriais.

¹⁴ Por exemplo os custos externalizados das emissões (económico-sociais ou económico-ambientais).

Indicadores de desempenho ambiental¹⁵

Categoria	Indicadores
Energia	
<i>De aplicação geral</i>	✓ Consumo total de energia ✓ Quantidade de electricidade consumida por fonte primária de combustível. Quantidade auto-gerada, se aplicável
<i>Específicos de uma empresa</i>	✓ Iniciativas dirigidas à utilização de fontes de energia renováveis e utilização eficiente de energia ✓ Consumo total de combustível. Combustível para veículos e para outras utilizações ✓ Outros consumos de energia
Matérias primas (toneladas ou kg)	
<i>De aplicação geral</i>	✓ Consumo total de matérias primas (para além de combustível e água).
<i>Específicos de uma empresa</i>	✓ Consumo de matérias primas recicladas. ✓ Consumo de materiais de embalagem. ✓ Consumo de matérias primas e/ou substâncias químicas perigosas. ✓ Objectivos, programas e metas para a substituição de materiais (substituir substâncias químicas perigosas por alternativas com menor risco). ✓ Espécies animais e vegetais utilizadas no processo de produção. Métodos de colheita dessas espécies.
Água (litros ou m³)	
<i>De aplicação geral</i>	✓ Consumo total de água. ✓ Fontes de água significativamente afectadas pelo consumo
Emissões, efluentes e resíduos (toneladas ou Kg)	
<i>De aplicação geral</i>	✓ Emissões de gases com efeito de estufa (segundo a definição do protocolo de Kyoto) em toneladas de CO₂ equivalente. ✓ Emissão de substâncias que contribuem para a depleção da camada de ozono (segundo a definição do protocolo de Montreal em toneladas de CFC-11 equivalente) ✓ Resíduos totais para deposição final. Classificação, destino e método de quantificação.
<i>Específicos de uma empresa</i>	✓ Resíduos reenviados para o processo ou para o mercado (através de reciclagem, reutilização, refabricação) ✓ Resíduos lançados no solo (quantidade e tipo de gestão – incineração, aterro) ✓ Emissões para a atmosfera (tipo e natureza) ✓ Efluentes para a água (descrição do meio receptor – águas subterrâneas, linhas de água, lagos, zonas húmidas, oceanos).
Transporte	
<i>Específicos de uma empresa</i>	✓ Objectivos, programas e metas das actividades de transporte da empresa (incluir estimativas quantificadas dos Km

¹⁵ Fonte: “Sustainability Reporting Guidelines on Economic, Environmental and Social Performance”, *Global Reporting Initiative*, Junho 2000.

	percorridos por tipo de transporte – avião, comboio, automóvel).
Fornecedores	
<i>De aplicação geral</i>	✓ Desempenho dos fornecedores em relação aos aspectos ambientais.
<i>Específicos de uma empresa</i>	✓ Quantidade e tipo de incidências de não conformidade com as normas nacionais ou internacionais
Produtos e Serviços	
<i>De aplicação geral</i>	✓ Aspectos e impactes mais importantes relacionados com a utilização dos principais produtos e serviços, incluindo a sua deposição final, quando aplicável.
<i>Específicos de uma empresa</i>	✓ Programas ou procedimentos que previnam ou minimizem os impactes potencialmente negativos de produtos e serviços. ✓ Percentagem do peso/volume do produto recuperada após utilização.
Utilização do solo/biodiversidade	
<i>Específicos de uma empresa</i>	✓ Área de solo em propriedade, arrendada, administrada ou de qualquer outra forma afectada pela empresa. Tipo de habitat do ecossistema afectado pelas actividades da empresa e seu estado de conservação. ✓ Alterações no habitat devido às operações da empresa. ✓ Objectivos, programas e metas para proteger e recuperar ecossistemas e espécies autóctones. ✓ Impactes sobre áreas protegidas (parques nacionais, reservas biológicas, zonas declaradas como património universal.
Conformidade	
<i>Específicos de uma empresa</i>	✓ Magnitude e natureza das multas por não conformidade com as declarações, convenções, tratados aplicáveis, ou com as normas locais, regionais e nacionais relacionadas com questões ambientais (qualidade do ar ou da água)

Indicadores de Actuação Económica

Categorias	Indicadores
Lucros	✓ Resultado líquido / ganhos / proveitos ✓ Lucros antes de impostos e pagamentos de juros ✓ Margem bruta ✓ Rendimento médio do capital ✓ Dividendos
Activos Intangíveis	✓ Rácio entre os valores da capitalização do mercado e o valor contabilístico da empresa
Investimentos	✓ Capital humano (formação profissional) ✓ Investigação e desenvolvimento ✓ Outros investimentos de capital ✓ Rácio dívida/capital
Salários e benefícios	✓ Despesa salarial total (por país) ✓ Despesa em benefícios (por país)
Produtividade do trabalho	✓ Níveis de produtividade do trabalho por categoria profissional
Impostos	✓ Impostos pagos a todas as autoridades fiscais

Desenvolvimento da comunidade	✓ Empregos por tipo e país, alterações líquidas e absolutas ✓ Doações a instituições e filantropia
Fornecedores	✓ Desempenho dos fornecedores em relação a aspectos econômicos dos programas e procedimentos ✓ Quantidade e tipo de incidências de não conformidade em relação às normas nacionais e internacionais em vigor ✓ Natureza e localização das operações subcontratadas ✓ Desempenho da organização no que respeita ao cumprimento dos contratos com os fornecedores, incluindo o cumprimento das datas de pagamento estabelecidas
Produtos e serviços	✓ Questões e impactes económicos mais significativos relacionados com a utilização dos principais produtos e serviços incluindo a deposição final, quando possível. Apresentar em qualquer dos casos, estimativas qualitativas e quantitativas de tais impactes, quando necessário

Indicadores de Desempenho Social

Categoria	Indicadores
<i>Posto de trabalho</i>	
Qualidade de gestão	✓ Taxas de permanência dos empregados ✓ Rácio entre empregos oferecidos e empregos aceites ✓ Demonstração da orientação dos empregados para a visão organizacional ✓ Provas do envolvimento dos empregados na orientação do processo de tomada de decisões ✓ Posicionamento/classificação da organização enquanto empregadora em estudos internos e externos ✓ Níveis de satisfação no trabalho
Saúde e segurança	✓ Taxas de absentismo, acidentes e danos laborais, dias perdidos (incluindo trabalhadores subcontratados) ✓ Investimento em prevenção nas doenças e acidentes, por trabalhador
Salários e benefícios	✓ Rácio entre o salário mais baixo e o mínimo nacional legal ✓ Rácio entre o salário mais baixo e o custo de vida local ✓ Benefícios de saúde e de reforma concedida aos empregados
Não discriminação	✓ Percentagem de mulheres nas chefias superiores e intermédias ✓ Litígios relacionados com a discriminação (frequência e tipo) ✓ Programas tutelados para as minorias
Formação/educação	✓ Rácio entre o orçamento para formação e o custo anual de funcionamento ✓ Programas para promover a participação dos trabalhadores na tomada de decisão ✓ Progresso na duração média na educação da força de trabalho
Trabalho infantil	✓ Incidentes provocados por não conformidade com as leis de trabalho infantil ✓ Reconhecimento externo por práticas de combate ao trabalho infantil
Problemas laborais	✓ Número de queixas apresentadas pelos empregados ✓ Ocorrências identificadas através de auditorias da organização aos seus fornecedores
Liberdade de associação	✓ Reuniões dos trabalhadores e procedimentos de queixa estabelecidos com o pessoal. Percentagem por países em que

	✓ opera ✓ Número e tipo de acções legais por práticas contra o associativismo ✓ Reacções da organização face às actividades associativas dos trabalhadores nas instalações ou filiais
Direitos Humanos	
Geral	✓ Demonstração do interesse na aplicação dos direitos humanos ✓ Provas do controlo sistemático dos métodos da organização ✓ Quantidade e tipo de infracções alegadas e resposta da empresa
Direitos das Comunidades Locais	✓ Provas da representação dos povos indígenas na tomada de decisões em zonas geográficas com a presença destes povos ✓ Quantidade e causas de protestos
Segurança	✓ Exemplos da integração da segurança e direitos humanos na planificação de instalações e na avaliação do risco dos países ✓ Remuneração/reabilitação de danos a vítimas da acção das forças de segurança
Fornecedores	✓ Desempenho dos fornecedores em relação aos aspectos sociais ✓ Quantidade e tipo de incidências de não conformidade em relação às normas nacionais ou internacionais em vigor ✓ Frequência do controlo das entidades contratadas em relação às condições laborais (por exemplo trabalho infantil)
Produtos e Serviços	✓ Principais questões e impactes sociais relacionados com a utilização dos principais produtos e serviços ✓ Níveis de satisfação dos clientes.

Da análise aos indicadores apresentados podemos concluir que existe elevado grau de consenso entre as avaliações requeridas pela GRI e muitas das mensurações que os analistas financeiros consideram imprescindíveis para a avaliação do desempenho de uma empresa¹⁶: qualidade de gestão; taxas de permanência dos trabalhadores; nível de satisfação dos clientes; formação dos empregados.

Para desenvolver as normas de sustentabilidade a GRI trabalhou com 21 empresas que serviram como empresas piloto para ajudar a desenvolver as normas com a necessária nitidez e metodologias de mensuração¹⁷. A Shell foi uma activa participante no grupo e verifica-se um razoável grau de semelhanças entre os indicadores da GRI e os indicadores chave de desempenho desenvolvidos pela Shell. Outras empresas, como por exemplo a British Airways, a Van City, Novo Nordisk, Bristol-Myers Squibb, General Motors, e a Ford participaram no processo, a Bristol-Myers Squibb foi a primeira a publicar o relatório de sustentabilidade de acordo com as normas GRI.

¹⁶ Conforme inquérito realizado pela *Association of Investment Management Research* (AMIR) a analistas financeiros em cerca de 100 países e também de acordo com os resultados divulgados pelo estudo realizado por Eccles e Mavrinac, da PricewaterhouseCoopers, nos Estados Unidos, a empresas, analistas financeiros e investidores para identificar o tipo de informação financeira e não financeira que consideram mais importante para a tomada de decisões de investimento.

¹⁷ A GRI contou com o apoio de inúmeras organizações das quais apenas destacamos algumas:

- ✓ Organismos de contabilidade de 11 países europeus;
- ✓ Canadian National Round Table on Environment and the economy;
- ✓ European Chemical Industry Council;
- ✓ Comunidade Europeia;
- ✓ International Accounting Standard Committee;
- ✓ Organização Internacional de Normalização;
- ✓ Investor Responsibility Research Center;
- ✓ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

A GRI encoraja as empresas a aplicar a suas normas e esperar receber sugestões que lhe possibilitem uma melhoria progressiva das normas no futuro.

4. Conclusões

A contabilidade enfrenta actualmente alguns desafios. Em primeiro lugar, o actual modelo de relato financeiro ainda que rigoroso e complexo, falha por não captar a informação que os utilizadores precisam para tomar decisões fundamentadas. Em segundo lugar, a informação financeira tradicional não proporciona informação adequada e relevante porque ignora os determinantes de valor das empresas na nova economia. Por tudo isto, há inúmeras falhas entre a informação que as empresas relatam e aquela que os mercados de capitais necessitam para estabelecer de forma adequado o valor das acções.

Ao longo dos últimos anos, foram realizadas pesquisas junto de investidores, gestores e analistas financeiros que revelam de uma forma clara e inequívoca a necessidade de melhorar a informação financeira e não financeira divulgada pelas empresas.

Se pretendemos atingir um desenvolvimento sustentável é indispensável que as empresas repensem seriamente as bases dos seus sistemas de gestão e de informação, por forma a que aqueles tenham sempre presente a avaliação de todos os impactes que a actividade das empresas possa provocar.

Foi com este objectivo que a *Global Reporting Initiative* desenvolveu um sistema normativo para que as empresas possam relatar informação acerca da evolução do seu desempenho nos aspectos económicos, ambientais e sociais. Este projecto representa um avanço significativo na medida em que para além de permitir comunicar de uma forma exhaustiva os impactes humanos e ecológicos da actividade das empresas, permite também que sejam atingidos níveis, nunca antes conseguidos, de comparabilidade e credibilidade acerca das actividades que proporcionam valor a prazo e vantagens competitivas.

5. Bibliografia

Breton, Gaetan e Taffler, Richard J. (2001): “Accounting Information and Analyst Stock Recommendation Decision: A Content Analysis Approach”. *Accounting and Business Research*. Vol. 31, págs. 91 a 101.

Comissão das Comunidades Europeias (2001): *LIVRO VERDE – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas.

Cumby, Judy e Conrod, Joan (2001): “Non – Financial Performance Measures in the Canadian Biotechnology Industry”. *Journal of Intellectual Capital*. Vol. 2, págs. 261 a 272.

Dietrich, J. Richard, Kachelmeier, Steven J., Kleinmuntz, Don N. e Linsmeier, Thomas J. (2001): “Market Efficiency, Bounded Rationality, and Supplemental Business Reporting Disclosures”. *Journal of Accounting Research*. Vol. 39, Nº 2 Setembro, págs. 243 a 268.

Eccles, Robert G., Herz, Robert H., Keegan, E. Mary e Phillips, David M. H. (2001): *The Value Reporting Revolution – Moving Beyond the Earnings Game*. John Wiley & Sons, Inc. New York.

Financial Accounting Standards Board (2001): *Business and Financial Reporting, Challenges from the New Economy*. Financial Accounting Series – SPECIAL REPORT. FASB. New York.

Financial Accounting Standards Board (2001): *Improving Business Reporting: Insights into Enhancing Voluntary Disclosures*. FASB. New York.

_____ (2002): *Disclosure About Intangible Assets*. FASB. New York.

Ittner, Christopher D. e Larcker, David F. (1998): “Are Nonfinancial Measures Leading Indicators of Financial Performance? An Analysis of Customer Satisfaction”. *Journal of Accounting Research*. Vol. 36, Suplemento, págs. 1 a 35.

Kasznik, Ron (1999): “On the Association Between Voluntary Disclosure and Earnings Management”. *Journal of Accounting Research*. Vol. 37, Nº 1 Primavera, págs. 57 a 81.

Lambert, Richard A (1998): “Customer Satisfaction and Future Financial Performance Discussion of - Are Nonfinancial Measures Leading Indicators of Financial Performance? An Analysis of Customer Satisfaction”. *Journal of Accounting Research*. Vol. 36, Suplemento, págs. 37 a 46.

Leadbeater, Charles (2000): *New Measures for the New Economy*. Institute of Chartered Accountants in England and Wales. London.

Levitt, Arthur (1998): *The “Numbers Game”*. Speech by Chairman of the United States Securities and Exchange Commission to the NYU Center for Law and Business, New York. New York.

Levitt, Arthur (1999): *Quality Information: The Lifeblood of Our Markets*. Speech by Chairman of the United States Securities and Exchange Commission to the Economic Club of New York. New York.

Lindsey, Ros (2001): “New Economy, New Accounting, New Assurance”. *Accountancy*, Fevereiro 2001, pág. 116 a 117.

Social Accountability 8000 (1997): *Social Accountability International*. New York.

Wallman, Steven M. H. (1996): “The Future of Accounting and Financial Reporting. Part II: The Colorized Approach”. *Accounting Horizons*, Vol. 10, Nº 2, págs. 138 a 148.

Wilkes, John (2001): “Measure for Measure – Counting the numbers is not enough in a world where stakeholders demand more information”. *Accountancy*, Dezembro, pág. 59.

Zarzeski, Marilyn Taylor e Robb, Sean (2001): “Accounting More Than Numbers”. *Accountancy*, Setembro.